

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
EDITAL

XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO, Dr. Eduardo da Silva Lima Neto, na qualidade de Presidente da Comissão do XXX Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira do Ministério Público, TORNA PÚBLICO o programa para as provas escritas preliminar e especializadas e para as provas orais do XXX Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira do Ministério Público:

1. Banca de Direito Penal, de Direito Processual Penal e de Direito Eleitoral

1.1. Direito Penal

Ponto nº 1

- a) Conceito e características do Direito Penal. Histórico do Direito Penal Brasileiro. Fontes do Direito Penal. Princípios gerais do Direito Penal. Teorias da ação. Classificação dos crimes. Interpretação e integração da lei penal. Analogia. Norma penal. Ilícitude e causas de sua exclusão. Imputabilidade penal. Penas e medidas de segurança. Ação penal. Prescrição e demais causas extintivas da punibilidade. Direito Penal do Inimigo. Funcionalismo e Direito Penal.
- b) Crimes contra a pessoa. Crimes contra a paz pública. Crimes contra os costumes. Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06). Juizados Especiais Criminais (questões materiais).
- c) Crimes Militares. Contravenções Penais. Drogas (Lei nº 11.343/06 e Lei nº 6.368/76. Questões de direito intertemporal). Crimes tipificados no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97). Crimes eleitorais.

Ponto nº 2

- a) Aplicação da lei penal. Lei penal no tempo e no espaço. Lei penal em relação às pessoas. Teoria do crime. Concurso aparente de normas. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Concurso de crimes. Culpabilidade e causas de sua exclusão. Prescrição e demais causas extintivas da punibilidade.
- b) Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.
- c) Crimes contra a ordem tributária e econômica, contra o consumidor e as relações de consumo (Lei nº 8.137/90 e Lei nº 8078/90). Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 6.938/81 e Lei nº 9.605/98). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03) e na Lei do Porte de Arma (Questões de direito intertemporal - Lei nº 9.437/97). Crimes definidos na Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/05), de planejamento familiar (Lei nº 9.263/96) e de transplantes (Lei nº 9.434/97).

Ponto nº 3

- a) Princípios constitucionais penais. Fato típico. Classificação dos crimes. Teoria do erro. Coação irresistível e obediência hierárquica. Penas e medidas de segurança. Prescrição e demais causas extintivas da punibilidade.
- b) Crimes contra a pessoa. Crimes contra os costumes. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos.
- c) Crimes de Imprensa (Lei nº 5.250/67). Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Drogas (Lei nº 11.343/06 e Lei nº 6.368/76. Questões de direito intertemporal). Organizações criminosas (Lei nº 9.034/95). Crimes eleitorais.

Ponto nº 4

- a) Ilícitude. Culpaabilidade. Causas excludentes de ilicitude e de culpaabilidade. Direito Penal do Inimigo. Tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crimes omissivos e comissivos. Dolo e culpa. Agravação pelo resultado.
- b) Crimes contra a paz pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a saúde pública.
- c) Drogas (Lei nº 11.343/06 e Lei nº 6.368/76. Questões de direito intertemporal). Crimes tipificados no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97). Execução Penal (Lei nº 7.210/84).

Ponto nº 5

- a) Fato típico. Penas. Medidas de segurança. Aplicação e execução. Efeitos da condenação. Reabilitação. Concurso aparente de normas. Direito Penal do Inimigo. Imputação objetiva.
- b) Crimes contra a pessoa. Crimes contra os costumes. Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06). Juizados Especiais Criminais (questões materiais).
- c) Crimes tipificados no Decreto-lei nº 201/67. Crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/98).

Ponto nº 6

- a) Princípios constitucionais penais. Fato típico. Concurso de crimes. Teoria do erro. Coação irresistível e obediência hierárquica. Relação de causalidade. Imputação Objetiva.
- b) Crimes contra a fé pública. Crimes contra a família. Lesões corporais. Crimes contra a liberdade individual e pessoal. Crimes contra a honra. Crimes contra a administração pública.
- c) Crimes falimentares (Lei nº 11.101/05). Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89). Drogas (Lei nº 11.343/06 e Lei nº 6.368/76. Questões de direito intertemporal). Crimes previstos na Lei nº 9.029/95. Crimes contra as pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 7.853/89).

Ponto nº 7

- a) Condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias. Teoria do erro. Coação irresistível e obediência hierárquica. Concurso de pessoas. Prescrição e demais causas extintivas da punibilidade.
- b) Crimes contra a administração pública. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a família. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a fé pública.
- c) Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03) e na Lei do Porte de Arma (Questões de direito intertemporal - Lei nº 9.437/97). Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807/99). Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90). Crimes eleitorais. Genocídio (Lei nº 2.889/56).

Ponto nº 8

- a) Princípios constitucionais penais. Tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crimes omissivos e comissivos. Direito Penal do Inimigo.
- b) Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra a fé pública. Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06). Juizados Especiais Criminais (questões materiais).
- c) Crimes de tortura (Lei nº 9.455/97). Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90). Proteção a programas de computadores (Lei nº 9.609/98). Crimes contra a ordem tributária e econômica, contra o consumidor e as relações de consumo (Lei nº 8.078/90 e Lei nº 8.137/90). Crimes definidos na Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/05), de planejamento familiar (Lei nº 9.263/96) e de transplantes (Lei nº 9.434/97).

Ponto nº 9

- a) Princípios constitucionais penais. Concurso de crimes. Teoria do erro. Coação irresistível e obediência hierárquica. Ilícitude e causas de exclusão.
- b) Crimes contra a honra. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra fé pública.
- c) Crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Corrupção de menores (Lei nº 2.252/54). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03) e na Lei do Porte de Arma (Questões de direito intertemporal - Lei nº 9.437/97). Crimes definidos na Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/05), de planejamento familiar (Lei nº 9.263/96) e de transplantes (Lei nº 9.434/97).

Ponto nº 10

- a) Relação de causalidade. Imputação Objetiva. Funcionalismo e Direito Penal. Direito Penal do inimigo. Concurso de pessoas. Dolo e culpa. Agravamento pelo resultado. Consumação e tentativa. Prescrição e demais causas extintivas da punibilidade. Teorias da ação.
- b) Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06). Juizados Especiais Criminais (questões materiais).
- c) Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65). Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90). Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/98). Drogas (Lei nº

11.343/06 e Lei nº 6.368/76. Questões de direito intertemporal). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03) e na Lei do Porte de Arma (Questões de direito intertemporal - Lei nº 9.437/97). Crimes definidos na Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/05), de planejamento familiar (Lei nº 9.263/96) e de transplantes (Lei nº 9.434/97).

1.2 Direito Processual Penal

Ponto nº 1

- a) Procedimento no Júri. Procedimento da Lei nº 11.343/06 (Tóxicos).
- b) Procedimento dos crimes de trânsito. Procedimento dos crimes falimentares (Lei nº 11.101/05).
- c) Jurisdição e competência.

Ponto nº 2

- a) A Prisão processual. Outras medidas cautelares processuais penais. A Liberdade. Liberdade provisória vinculada.
- b) O procedimento nos Juizados Especiais Criminais.
- c) Procedimento sumário. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Violência familiar e doméstica contra a mulher (Lei nº 11.340/06).

Ponto nº 3

- a) Inquérito policial e outros procedimentos preparatórios da ação penal.
- b) Os sistemas processuais penais e os princípios processuais penais.
- c) Ação penal pública.

Ponto nº 4

- a) *Habeas Corpus*.
- b) Prova. Teoria geral e admissibilidade da prova. Prova ilícita e ilegítima.
- c) Decisões penais. Princípio da correlação entre a acusação e sentença.

Ponto nº 5

- a) Execução. Princípios básicos. Regimes de cumprimento de penas privativas de liberdade.
- b) Prova oral: testemunhas e ofendido.
- c) Vícios dos atos processuais. Irregularidades, nulidades e inexistência.

Ponto nº 6

- a) Ação penal privada subsidiária da pública.
- b) Recursos. Teoria geral. Princípios e pressupostos. Admissibilidade recursal.
- c) A Denúncia e seu aditamento. O interrogatório.

Ponto nº 7

- a) Apelação. Recursos constitucionais.
- b) Exame de corpo de delito e perícias em geral.
- c) Condições para o exercício da ação penal e pressupostos processuais.

Ponto nº 8

- a) Recurso em sentido estrito. Os embargos.
- b) Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Procedimentos comuns e especiais do CPP.
- c) Atribuições do Ministério Público. Natureza jurídica. Conflitos de atribuições.

Ponto nº 9

- a) Efeitos civis da sentença penal.
- b) A ação privada.
- c) O imputado. Autodefesa e defesa técnica. A vítima. O assistente de acusação.

Ponto nº 10

- a) A revisão criminal.
- b) A confissão. Prova documental. Indícios. Reconhecimento de pessoas e coisas.
- c) A defesa indireta no processo penal. As exceções. Questões prejudiciais.

1.3 Direito Eleitoral

Ponto nº 1

- a) Domicílio eleitoral. Registro de candidaturas: requerimento e impugnação.
- b) Direitos Políticos: aquisição, perda e suspensão. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade e incompatibilidades. Inabilitação.
- c) Legislação Eleitoral: princípios, forma e competência legislativa. Lei nº 9.504/97.

Ponto nº 2

- a) Circunscrições eleitorais. Órgãos da Justiça Eleitoral: competência, composição e escalonamento hierárquico. Servidores da Justiça Eleitoral.
- b) O procedimento eletivo e suas diferentes fases. Normas de regência: constitucionais, legais e regulamentares.
- c) Consulta e poder normativo. Organização do eleitorado. Urnas eletrônicas. Sistema informatizado de votação eletrônica. Sistema tradicional: votação manual e apuração dos votos.

Ponto nº 3

- a) O Ministério Público no plano eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação

- dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- b) Crimes eleitorais e processo penal eleitoral.
 - c) Direitos Políticos: aquisição, perda e suspensão. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade e incompatibilidades. Inabilitação.

Ponto nº 4

- a) Partidos políticos: normatização de regência, organização, funcionamento, direitos e deveres.
- b) Filiação partidária. Propaganda eleitoral, política e partidária. Direito de resposta. Representação eleitoral (art. 96, da Lei nº 9.504/97).
- c) Ação de impugnação ao registro. Ação de Impugnação de mandato eletivo. Investigação Judicial Eleitoral. Recurso contra a expedição de diploma. Ação rescisória eleitoral.

Ponto nº 5

- a) O Ministério Público no Plano Eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- b) Abuso do poder nas eleições, corrupção e fraude. Transporte de eleitores. Captação ilícita de votos.
- c) Evolução do Direito Eleitoral no Brasil. Influência das esferas penal, cível e administrativa no plano eleitoral.

Ponto nº 6

- a) Prazos, competência, legitimidade e recursos em matéria eleitoral.
- b) Crimes eleitorais e processo penal eleitoral.
- c) Registro de candidaturas: requerimento e impugnação. Filiação partidária. Propaganda eleitoral, política e partidária. Direito de resposta. Representação Eleitoral (art. 96, da Lei nº 9.504/97).

Ponto nº 7

- a) Legislação eleitoral básica: Código Eleitoral, Lei Complementar nº 64/90, Lei nº 9.504/97, Lei nº 9.096/95 e Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.
- b) Sufrágio. Voto. Sistema de apuração eletrônica. Captação ilícita de votos. Influência das esferas penal, cível e administrativa no plano eleitoral.
- c) Investigações realizadas pelo Ministério Público, regime disciplinar dos Promotores Eleitorais. Conflito de atribuições.

Ponto nº 8

- a) Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Atos de Improbidade Administrativa. Abuso de poder. Multas eleitorais: cominação, aplicação e execução.
- b) O Ministério Público no plano eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- c) Ação penal. Perda do mandato eletivo. Imunidades. Foro por prerrogativa de função.

Ponto nº 9

- a) Sistemas majoritário e proporcional. Quocientes eleitoral e partidário. Nulidades no procedimento eletivo.
- b) Captação ilícita de votos. Ação de impugnação ao registro. Ação de Impugnação de mandato eletivo. Investigação Judicial Eleitoral. Recurso contra a expedição de diploma. Ação rescisória eleitoral.
- c) Eleição, plebiscito e referendo: características essenciais e fiscalização.

Ponto nº 10

- a) Abuso de poder nas eleições: caracterização e meios de coibição. Democracia direta, indireta e semidireta.
- b) Partidos políticos: normatização de regência, organização, funcionamento, direitos e deveres. Domicílio eleitoral. Registro de candidaturas: requerimento e impugnação.
- c) Recursos em matéria eleitoral. Processo Penal Eleitoral. Representação eleitoral (art. 96 da Lei nº 9.504/97).

2. Banca de Direito Civil, de Direito Processual Civil e de Direito Empresarial

2.1. Direito Civil

Ponto nº 1

- a) As fontes do direito. A norma jurídica. Estrutura, características e classificação das normas. Interpretação e integração das normas. Eficácia da norma.
- b) Teoria geral dos contratos. Elementos dos contratos. Classificação dos contratos. Princípios Sociais e Individuais dos Contratos. Contratos de adesão e cláusulas contratuais gerais. Posse. Classificação e desdobramento da posse. Modos de aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Composse. Do Estatuto da Terra. Do parcelamento do solo.
- c) A família no Código Civil e na Constituição da República. Casamento: noções gerais. Conceito. Natureza jurídica. Características. Finalidades. Princípios. Esponsais. Da sucessão em geral. Abertura da sucessão. Da herança e sua administração. Da vocação hereditária. Aceitação e renúncia. Herança jacente.

Ponto nº 2

- a) Aplicação da lei no tempo e no espaço. Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657/42). Disposições Finais e Transitórias do novo Código Civil. A relação jurídica. O direito subjetivo. Eficácia, limitações e proteção dos direitos subjetivos. Direitos potestativos, ônus e faculdades. Obrigação natural. Obrigação *propter rem*. Obrigação solidária e obrigações divisíveis e indivisíveis.
- b) Efeitos do contrato. Interpretação dos contratos. Contrato preliminar. Contrato com pessoa a declarar. Contratos em favor de terceiro. Promessa de fato de terceiro. Vícios redibitórios. Evicção. Propriedade. Aquisição e perda da propriedade. Usucapião. Lei de

- Registros públicos. Propriedade fiduciária.
- c) Casamento. Formalidades preliminares. Habilitação. Requisitos e pressupostos matrimoniais. Procedimento. Impedimentos matrimoniais. Oposição dos impedimentos. Sucessão legítima. Sucessão dos descendentes, ascendentes, cônjuge, companheiro e colaterais.

Ponto nº 3

- a) Pessoa natural. Personalidade jurídica. Capacidade, legitimação e estado. Incapacidade absoluta e relativa. Direitos da personalidade. Extinção das obrigações.
- b) Extinção dos Contratos. Compra e venda. Cláusulas especiais à compra e venda. Venda com reserva de domínio. Doação. Empreitada e prestação de serviços. Condomínio. Condomínio edilício. Usucapião especial rural e urbano. Direito de vizinhança. Registro civil da pessoa natural. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: direito à vida. Medidas de proteção ao idoso.
- c) Casamento. Capacidade para o casamento. Celebração e provas. Celebração do casamento. Assento de casamento. Casamento nuncupativo. Casamento por procuração. Provas do casamento. Casamento inexistente, nulo, anulável e irregular. Direito de representação.

Ponto nº 4

- a) Pessoas jurídicas. Registro civil das pessoas jurídicas. Desconsideração da personalidade jurídica, no Código de Defesa do Consumidor e Código Civil. Fundações. Domicílio. Os bens. Patrimônio. Classificação dos bens. Benfeitorias. Conseqüências da inexecução das obrigações. Mora e inadimplemento. Juros ilegais. Juros moratórios e compensatórios. Correção monetária. Perdas e danos. Danos emergentes. Lucros cessantes. Dano moral.
- b) Empreitada e prestação de serviços. Da promessa de recompensa. Direito de Superfície. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Medidas específicas de proteção ao idoso.
- c) Casamento. Efeitos jurídicos do casamento. Direitos e deveres dos cônjuges. Regime de bens entre os cônjuges: conceito, natureza jurídica, características. Pacto antenupcial. Doações antenupciais. Bem de família legal e convencional. Formas de testamentos. Invalidez dos testamentos. Disposições testamentárias.

Ponto nº 5

- a) Aquisição, modificação e extinção dos direitos. Ato jurídico. Negócio jurídico. Classificação, elementos e interpretação dos negócios jurídicos. Representação. Cláusula penal. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito. Cessão de débito. Cessão de contrato.
- b) Locação. Lei nº 8.245/91. Transação. Compromisso. Cartão de crédito. Servidão. Usufruto. Uso e habitação. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: alimentos. Política de atendimento ao idoso.
- c) Regime de bens entre os cônjuges. Regime da comunhão universal. Regime da comunhão parcial. Regime de participação final nos aqüestos. Regime da separação de

bens: separação convencional e separação legal. Separação judicial e separação de fato. Separação judicial consensual. Separação judicial litigiosa. Separação de fato. Efeitos. Disposições conjuntas e direito de acrescer. Petição de herança. Cessão de herança.

Ponto nº 6

- a) Obrigação: conceito e natureza jurídica. Estrutura da obrigação. Características e elementos. Fontes das obrigações. Classificação das obrigações. Obrigação de dar, de fazer, de não fazer, facultativas e alternativas. Obrigações de meio e resultado. Elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo. Assunção de dívida.
- b) Empréstimo. Direitos reais de garantia. Penhor e hipoteca. Direito Real de Aquisição. Registro de Imóveis. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: direito à saúde. Entidades de atendimento ao idoso. Direito de empresa: sociedade personificada.
- c) Divórcio: conceito e natureza jurídica. Formas de divórcio. Conversão da separação judicial em divórcio. Efeitos. Separação consensual e divórcio consensual na Lei nº 11.441/07. Sucessão testamentária. Cláusulas restritivas. Caducidade de testamento. Legados. Aquisição e efeitos dos legados. Espécies de legados.

Ponto nº 7

- a) Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, simulação, reserva mental e fraude contra credores. Resolução por onerosidade excessiva. Mandato. Gestão de Negócios. Pagamento. Modalidades do pagamento. Pagamento indevido.
- b) União Estável: Leis nºs 8.971/94 e 9.278/96. A união estável no Código Civil. Conceito. Características. Efeitos. Dissolução. Concubinato. Relações de parentesco: conceito, espécies, linhas e graus. Efeitos legais.
- c) Aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas. Direitos autorais (Lei nº 9.610/98): obras intelectuais, contratos de direitos autorais; utilização de obras intelectuais e dos fonogramas. Direitos do autor. Dos direitos do consumidor: direitos básicos do consumidor. Legados: Caducidade dos legados. Substituições. Fideicomisso.

Ponto nº 8

- a) Inexistência, invalidade e ineficácia dos negócios jurídicos: nulidade, anulabilidade e ineficácia. Títulos de crédito: títulos à ordem, ao portador e nominativos. Pagamento por consignação. Pagamento por consignação bancária.
- b) Contrato de transporte. Responsabilidade civil. Dos direitos do consumidor: da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: da profissionalização e do trabalho.
- c) Filiação: filiação nas relações matrimoniais. Filiação nas relações extramatrimoniais. Investigação de paternidade (Lei nº 8.560/92). Filiação socioafetiva. Adoção: conceito. Adoção no novo Código Civil. Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Deserdação. Revogação e rompimento de testamento.

Ponto nº 9

- a) Ato ilícito e Abuso do Direito. Responsabilidade civil. Seguro. Atos unilaterais: promessa de recompensa e gestão de negócios. Pagamento por sub-rogação. Imputação em pagamento. Dação em pagamento.
- b) Poder familiar e tutela. Exercício do poder familiar. Efeitos do poder familiar. Suspensão e extinção do poder familiar. Guarda. Tutela. Efeitos da tutela. Curatela e ausência: Curatela. Noções gerais. Espécies de curatela. Ausência. Interdição. Estatuto da Criança e do Adolescente: guarda, tutela e adoção. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: da previdência social e da assistência social.
- c) Petição de herança. Cessão de herança. Redução das disposições testamentárias. Revogação de testamento. Rompimento do testamento. Do testamenteiro. Direitos autorais (Lei nº 9.610/98): direitos conexos. Dos direitos do consumidor (Lei nº 8.078/90): das práticas abusivas comerciais.

Ponto nº 10

- a) Prescrição e decadência. Forma e Prova dos Negócios Jurídicos. Fiança. Atos unilaterais: pagamento indevido e enriquecimento sem causa. Novação. Compensação. Confusão. Remissão
- b) Alimentos. Prestação alimentícia: conceito, natureza jurídica, características e pressupostos. Alimentos provisionais: provisórios e definitivos (Lei nº 5.478/68). Alimentos: revisão. Estatuto da Criança e do Adolescente. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: da habitação e do transporte.
- c) Inventário e Partilha. Inventário e Partilha na Lei nº 11.441/07. Sonegados. Pagamento de dívidas. Colação. Partilha. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação da partilha. Direitos autorais (Lei nº 9.610/98): as sanções civis às violações dos direitos autorais. Dos direitos do consumidor (Lei nº 8.078/90): da proteção contratual.

2.2 Direito Processual Civil

Ponto nº 1

- a) Direito Processual Civil. Fontes do Direito Processual Civil brasileiro. Jurisdição. Órgãos da função jurisdicional. Poder Judiciário. Organização judiciária. Regimentos Internos dos Tribunais. Funções não jurisdicionais do Poder Judiciário. Órgãos auxiliares da Justiça. O juiz. Competência.
- b) Recursos. Disposições gerais. Duplo grau obrigatório de jurisdição. Recursos em espécie.
- c) Execução pecuniária e cumprimento da sentença. Liquidação. Embargos de terceiro.

Ponto nº 2

- a) Ministério Público. Atribuições do Ministério Público no processo civil. A aferição do

interesse público. O advogado. Advocacia da União, dos Estados e dos Municípios. Assistência jurídica. Defensoria Pública.

- b) Apelação. Recurso especial. Recurso extraordinário. Embargos de divergência. Reclamação. Agravo contra decisão monocrática em grau de recurso. Agravo Regimental.
- c) Execução contra a Fazenda Pública. Execução de prestação alimentícia. Execução civil de sentença penal. Execução fiscal. Execução na Ação civil pública.

Ponto nº 3

- a) Ação. Espécies. Condições da ação. Individualização. Conexão e continência. Concurso e cumulação de ações. A ação como instrumento de acesso à Justiça.
- b) Agravo de instrumento e agravo retido nos autos. Embargos de declaração. Embargos infringentes. Recursos ordinários constitucionais. Ação rescisória.
- c) Providências cautelares. Ação cautelar. Processo cautelar. Disposições gerais. Procedimento cautelar comum.

Ponto nº 4

- a) Processo. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Princípios informativos do processo e procedimento. Princípios processuais constitucionais. A instrumentalidade do processo e sua importância para o acesso à justiça.
- b) Tutelas coletivas.
- c) Arresto. Seqüestro. Caução. Busca e apreensão. Exibição. Produção antecipada de prova. Alimentos provisionais. Arrolamento de bens. Atentado. Justificação. Ação monitoria.

Ponto nº 5

- a) Partes. Capacidade e legitimação. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. A legitimação para as ações coletivas.
- b) Julgamento e ônus da prova. Meios de prova. Provas ilícitas. Equivalentes Jurisdicionais.
- c) Juizado Especial Cível. Ação de consignação em pagamento. Ação de depósito. Ação de prestação de contas. Ações possessórias. Habilitação.

Ponto nº 6

- a) Objeto do processo. Mérito. Questões preliminares e questões prejudiciais. Fatos e atos processuais. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Prazos. Preclusão. Vícios dos atos processuais e suas conseqüências. Nulidades processuais.
- b) Ação civil pública. O inquérito civil. Compromisso de ajustamento de conduta. A defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- c) Ação de nunciação de obra nova. Ação de usucapião. Ação de usucapião especial. Ação de divisão e demarcação.

Ponto nº 7

- a) Processo de conhecimento. Formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Procedimento sumário. Tutela antecipada.
- b) Execução de título extrajudicial: Disposições gerais. Formação, suspensão e extinção do processo de execução. Títulos judiciais e extrajudiciais. Execução e tutela específica para entrega de coisa.
- c) Inventário e partilha. Arrolamento. Procedimentos relacionados com testamentos e codicilos. Herança jacente. Ação de alimentos. Separação e divórcio. Ação de investigação de paternidade disciplinada na Lei nº 8.560/92. Ação de desapropriação. Ação de acidente de trabalho.

Ponto nº 8

- a) Petição inicial. Ajuizamento, distribuição e registro. Despacho e sentença liminar. Citação inicial.
- b) Sujeitos da execução. As partes e o órgão judicial. Competência. Responsabilidade patrimonial. Fraude de execução. Execução e tutela específica das obrigações de fazer e de não fazer e de emitir declaração de vontade. Embargos do devedor.
- c) Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. *Habeas data*. Ação popular. Uniformização de jurisprudência.

Ponto nº 9

- a) Resposta do réu. Revelia. Exceções de incompetência e de suspeição. Reconvenção. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência preliminar. As provas. Disposições gerais. As provas em espécie.
- b) Controle de constitucionalidade. Controle incidental de inconstitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação direta de constitucionalidade. Ação de inconstitucionalidade por omissão.
- c) Ação civil pública. Ações relacionadas com a defesa do consumidor. Cidadania e Meio Ambiente. Procedimentos disciplinados no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso e na Lei de Improbidade Administrativa.

Ponto nº 10

- a) Audiência de instrução e julgamento. Sentença e coisa julgada.
- b) Novas tendências do Direito Processual. Escopos sociais, políticos e jurídicos. Garantias fundamentais e efetividade do processo.
- c) Jurisdição voluntária. Disposições gerais. Procedimento comum da jurisdição voluntária. Interdição. Tutela e curatela. Bens de ausentes. Procedimentos relacionados com registros públicos. Habilitação de casamento. Restauração de autos.

2.3 Direito Empresarial

Ponto nº 1

- a) Teoria dos atos de comércio. Teoria da empresa.

- b) Sociedades limitadas.
- c) Pedido de falência. Impontualidade e atos de falência.

Ponto nº 2

- a) Empresário individual. Contrato de arrendamento mercantil (*leasing*). Contrato de alienação fiduciária em garantia.
- b) Estabelecimento empresarial. Sociedades anônimas.
- c) Ministério Público no processo de insolvência empresarial (falências e recuperação de empresas). Sentença de falência.

Ponto nº 3

- a) Letra de câmbio. Nota promissória.
- b) Responsabilidade do administrador da sociedade limitada e sociedade anônima. Contrato de faturização (*factoring*). Contrato de desconto bancário. Contrato de abertura de crédito em conta corrente.
- c) Habilitação, verificação e classificação de crédito na falência.

Ponto nº 4

- a) Protesto. Ações cambiais. Ação de locupletamento. Títulos de crédito virtuais.
- b) Direito de retirada. Exclusão de sócio. Apuração de haveres. Contrato de cartão de crédito.
- c) Efeitos da falência quanto à pessoa do falido. Agentes da falência: Ministério Público. Juízo. Administrador. Credores. Comitê e assembléia de credores.

Ponto nº 5

- a) Teoria geral dos títulos de crédito.
- b) Sociedades controladoras e controladas (*holdings*). Sociedades coligadas. Grupos de sociedades. Consórcios de sociedades. Sociedades de propósito específico. Sociedades *Off Shores*.
- c) Efeitos da falência em relação aos bens do falido. Pedido de restituição. Embargos de terceiros.

Ponto nº 6

- a) Princípios e atributos de direito cambiário.
- b) Interesses transindividuais societários.
- c) Efeitos da falência quanto aos contratos do falido. R.A.E.T. - Regime de Administração Especial Temporária. Intervenção e liquidação extrajudicial.

Ponto nº 7

- a) Sociedades simples e empresárias. Sociedades cooperativas. Sistema nacional de registro das sociedades. Juntas comerciais e registros civis de pessoas jurídicas.

- b) Sociedades limitadas. Desconsideração da personalidade jurídica.
- c) Ação revocatória. Inquérito civil. Apuração dos crimes falimentares e de recuperação de empresas: formas de investigação e procedimento judicial.

Ponto nº 8

- a) Teoria geral do direito societário. Sociedade em conta de participação. Sociedade em comum. Desconsideração da personalidade jurídica.
- b) Função social da empresa. Governança corporativa e poupança popular. Sociedades anônimas.
- c) Realização do ativo e liquidação do passivo na falência. Sentença de encerramento e sentença de reabilitação na falência.

Ponto nº 9

- a) Cheque. Duplicata. Cédula de crédito bancário.
- b) R.A.E.T. - Regime de Administração Especial Temporária. Intervenção e Liquidação Extrajudicial.
- c) Recuperação de empresas.

Ponto nº 10

- a) Contrato de trespasse de estabelecimento empresarial. Contrato de franquia empresarial.
- b) Endosso. Aceite. Aval.
- c) Recuperação de empresas.

3. Banca de Direito Constitucional, de Direito Administrativo, de Princípios Institucionais do Ministério Público e de Direito Tributário

3.1 Direito Constitucional

Ponto nº 1

- a) Conceitos e classificações das Constituições. Poder Constituinte: noção, modalidades, distinções e limites. Controle de constitucionalidade.
- b) Direitos e garantias fundamentais. Tutela dos interesses individuais e coletivos. Direitos políticos: cidadania e nacionalidade. Inabilitação. Ação de impugnação de mandato eletivo. Direitos sociais. Regime jurídico dos tratados internacionais.
- c) Ordem social: princípios e regras. Seguridade social e reforma da previdência. Educação, cultura e desporto. O meio ambiente na Constituição.

Ponto nº 2

- a) O Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais fundamentais, gerais e setoriais. Regime representativo. República. Presidencialismo e parlamentarismo. Sistemas eleitorais e partidos políticos.

- b) Separação de Poderes: o sistema de freios e contrapesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegações de funções. Comissões Parlamentares de Inquérito. O Ministério Público e suas funções institucionais. Conselho Nacional do Ministério Público.
- c) Direito de propriedade. Limitações e condições para o seu exercício. Função social da propriedade. Desapropriação. Políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária.

Ponto nº 3

- a) Hermenêutica, interpretação e integração da Constituição. Princípios específicos de interpretação constitucional.
- b) Os Estados-membros na Federação brasileira. Competências exclusivas, comuns e concorrentes. As Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios. Definição e limites do Poder Constituinte dos Estados-membros. O princípio da simetria. O Distrito Federal. Controle de constitucionalidade.
- c) Ordem econômica e financeira. Princípios da ordem econômica. Intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica. Administração indireta. Descentralização administrativa.

Ponto nº 4

- a) Tipologia, validade, eficácia e efetividade das normas constitucionais. Normatividade constitucional: princípios e regras. Disposições constitucionais transitórias: natureza e fins. Fundamentos do Estado.
- b) Ações constitucionais. *Habeas Corpus*. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. *Habeas Data*. Mandado de Injunção. O papel do Ministério Público em cada uma das ações constitucionais.
- c) Poder Judiciário. Garantias dos Juizes. Incompatibilidades. Tribunais e respectivas competências. O exercício de funções legislativas e administrativas por órgãos do Poder Judiciário. Sistemas de jurisdição: única e dúplice. Recursos ordinário, especial e extraordinário. Conselho Nacional de Justiça. Súmula vinculante.

Ponto nº 5

- a) O princípio da supremacia da Constituição. Direitos fundamentais e direitos humanos. Soberania estatal e proteção internacional dos direitos humanos. O controle da constitucionalidade dos atos normativos no Brasil. O controle jurisdicional difuso e incidental. O controle jurisdicional concentrado e abstrato. O princípio da reserva de plenário. A ação direta de inconstitucionalidade por omissão. A ação declaratória de constitucionalidade. A arguição de descumprimento de preceito fundamental. O devido processo legal e o princípio da proporcionalidade. Lei nº 9.868/99 e Lei nº 9.882/99.
- b) Organização político-administrativa do Estado Brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas, legislativas e tributárias.
- c) Finanças Públicas. Orçamento. Princípios constitucionais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas da União e dos Estados: competências. Empréstimos externos. Responsabilidade fiscal e Lei Complementar nº 101/00. Autonomia financeira do Ministério Público.

Ponto nº 6

- a) Reforma da Constituição. Revisão e emenda constitucional. Limites ao poder de reforma: procedimentais, materiais, circunstanciais e temporais. A mutação constitucional. Controle de constitucionalidade.
- b) Autonomia dos entes federativos: significado e limites. Autonomia do Ministério Público. Intervenção federal e estadual. Mecanismos de integração e cooperação federativos: regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- c) Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício. Delegações legislativas. Medidas provisórias.

Ponto nº 7

- a) Princípios e regras de regência da Administração Pública na Constituição Federal. Improbidade Administrativa na Constituição Federal e na Lei nº 8.429/92. Órgãos públicos: definições constitucionais. Entidades da Administração Pública Indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- b) O Município na Constituição Federal. Princípios de organização e competências municipais. Direitos e deveres dos vereadores. Lei Orgânica do Município. Constituição estadual e autonomia municipal.
- c) Sistema Tributário Nacional. Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Limitações constitucionais ao poder de tributar: imunidades e privilégios. Princípios constitucionais tributários: capacidade contributiva, legalidade, anterioridade e irretroatividade.

Ponto nº 8

- a) Ação direta de inconstitucionalidade: aspectos processuais específicos. A medida cautelar e a suspensão liminar. Efeitos da decisão provisória e definitiva na ação direta de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual. O devido processo legal e o princípio da proporcionalidade.
- b) Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos. Responsabilidade do Presidente da República, dos Governadores, dos Prefeitos, dos Ministros de Estado e dos Secretários estaduais e municipais. O processo de impedimento nos três níveis. Vacância do cargo. Reeleição. Inabilitação. Inelegibilidades na Constituição. Crimes de responsabilidade.
- c) Funções essenciais à Justiça. O Ministério Público: princípios institucionais e atribuições. Garantias de seus membros e incompatibilidades. Defensoria Pública. Advocacia Geral da União e Procuradorias dos Estados e Municípios. Advocacia privada.

Ponto nº 9

- a) Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da Administração Pública. Direitos e deveres dos parlamentares. Comissões Parlamentares de Inquérito: objeto, poderes e limites.

- b) Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais de regime constitucional anterior. Disposições gerais e transitórias.
- c) Competências originárias e recursais dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Superiores. Juizados Especiais. Recursos ordinário, especial e extraordinário. Súmula de jurisprudência. Efeito vinculante. Controle de constitucionalidade. Suspensão de segurança.

Ponto nº 10

- a) Processo legislativo. Iniciativa das leis. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e publicação. Espécies legislativas: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. As medidas provisórias. Processo legislativo estadual.
- b) Princípios constitucionais da Administração Pública. Acesso aos cargos e empregos públicos. Cargos efetivos e comissionados. Regimes jurídicos dos servidores públicos. Regime previdenciário. Acumulação. Subsídio. Limite máximo de remuneração. Aposentadoria. Licitação. Improbidade Administrativa na Constituição Federal e na Lei nº 8.429/92.
- c) Defesa do Estado e do regime democrático. Estado de Defesa e Estado de Sítio. Controle parlamentar e jurisdicional. Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Competências. Funções institucionais do Ministério Público.

3.2 Direito Administrativo

Ponto nº 1

- a) Ato administrativo. Poderes e deveres administrativos.
- b) Fundações públicas. Modalidades e regime jurídico. Ação civil pública.
- c) Responsabilidade extracontratual do Estado.

Ponto nº 2

- a) Controle da Administração Pública
- b) Função social da propriedade. Instrumentos interventivos. Desapropriação. Política urbana.
- c) Administração Indireta e entidades do terceiro setor.

Ponto nº 3

- a) Agentes e servidores públicos. Regimes jurídicos.
- b) Discricionariedade e razoabilidade. Responsabilidade na gestão fiscal. Improbidade administrativa.
- c) Ação popular, ação civil pública e *habeas data*.

Ponto nº 4

- a) Serviços públicos: concessão, permissão. Parcerias. Princípios. Taxa. Tarifa. Preço
- b) Prescrição e decadência no Direito Administrativo. Prerrogativas processuais da administração em juízo.
- c) Anulação e revogação: ato administrativo e contrato administrativo.

Ponto nº 5

- a) Funções estatais. Função administrativa. Princípios da Administração Pública.
- b) Elementos do ato administrativo. Vícios do ato. Revisão.
- c) Licitação. Princípios, fundamentos, modalidades e procedimentos.

Ponto nº 6

- a) Contrato administrativo e contrato privado da Administração Pública. Convênios e consórcios públicos. Concessão de florestas públicas.
- b) Regulamento. Controle judicial dos regulamentos. Vigência e eficácia.
- c) Processo administrativo. Recursos administrativos.

Ponto nº 7

- a) Poder de polícia. Prerrogativas de polícia. Princípio da proporcionalidade. Atividades comunicadas à Administração.
- b) Empresas públicas e sociedades de economia mista. Empresas com participação do Estado.
- c) Controle administrativo e judicial do ato administrativo. Espécies de controle. Controle de atos normativos. Mandado de segurança. Ação popular.

Ponto nº 8

- a) Ato administrativo. Uso de bem público: atos de consentimento estatal.
- b) Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação. Estado e domínio econômico.
- c) Interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos. Ação civil pública.

Ponto nº 9

- a) Bens públicos e bens afetados à prestação de serviços públicos. Servidão administrativa. Limitações administrativas.
- b) Administração em juízo. Mandado de segurança individual e coletivo.
- c) Contratos administrativos. Licitações públicas.

Ponto nº 10

- a) Responsabilidade extracontratual do Estado.
- b) Administração direta e autárquica. Agências reguladoras. Atuação do Estado na economia.
- c) Improbidade administrativa. Inconstitucionalidade por ação e por omissão. Instrumentos

de jurisdição constitucional.

3.3 Princípios Institucionais do Ministério Público

Ponto nº 1

- a) Evolução histórica do Ministério Público. O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização básica e atribuições.
- b) Conselho Nacional do Ministério Público: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas. Ouvidoria-Geral.
- c) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos: delineamentos e atuação do Ministério Público. Cidadania, meio ambiente, consumidor, portadores de deficiência, idoso e criança e adolescente.

Ponto nº 2

- a) O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização básica e atribuições. Atribuições eleitorais e organização do Ministério Público.
- b) O Ministério Público e o processo coletivo. O Ministério Público no contexto dos Poderes Políticos. Papel do Ministério Público no Estado Democrático de Direito. O Ministério Público e o controle das omissões administrativas e a implementação de políticas públicas. O Ministério Público e o combate à corrupção.
- c) Iniciativa, competência legislativa e emendas parlamentares. As Leis Orgânicas do Ministério Público: Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei nº 8.625/93, Lei Orgânica do Ministério Público da União – Lei Complementar Federal nº 75/93, e Lei Complementar Estadual nº 106/03.

Ponto nº 3

- a) Os membros do Ministério Público como agentes públicos: garantias, direitos, prerrogativas, deveres, vedações e impedimentos. O Ministério Público e o controle da omissão administrativa e a implementação de políticas públicas.
- b) Regime disciplinar: órgãos correccionais, processo disciplinar e sanções. Responsabilidade civil, penal, política e funcional dos membros do Ministério Público. O princípio da independência funcional.
- c) Conselho Nacional do Ministério Público: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas.

Ponto nº 4

- a) A atuação judicial e extrajudicial do Ministério Público. Órgão agente e órgão interveniente. Atendimento ao público. Atribuições: declaração, dúvida e conflito. Capacidade postulatória do Ministério Público.
- b) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; delineamentos e atuação do Ministério Público. Cidadania, meio ambiente, consumidor, portadores de

deficiência, idoso e criança e adolescente.

- c) Investigação pelo Ministério Público: instrumentos para o exercício das funções institucionais.

Ponto nº 5

- a) Órgãos administrativos e de execução: denominação, composição, provimento, atribuições e extinção. Delegação e fixação de atribuições pelo Procurador-Geral de Justiça.
- b) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; delineamentos e atuação do Ministério Público. Cidadania, meio ambiente, consumidor, idoso e criança e adolescente. Ações e serviços de saúde: relevância pública, controle social do Sistema Único de Saúde, recursos orçamentários vinculados, Emenda Constitucional nº 29/00 e Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90.
- c) Regime disciplinar: órgãos correccionais, processo disciplinar e sanções. Princípio da independência funcional. Responsabilidade civil do membro do Ministério Público.

Ponto nº 6

- a) O Ministério Público como órgão agente e órgão interveniente. Atribuições: declaração, conflito e dúvida. Princípio do Promotor Natural. Capacidade postulatória do Ministério Público.
- b) Investigação pelo Ministério Público: instrumentos para o exercício das funções institucionais. Inquérito policial. Arquivamento e desarquivamento. O Ministério Público no processo penal.
- c) Conselho Nacional do Ministério Público: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas.

Ponto nº 7

- a) Atribuições eleitorais e organização do Ministério Público. Papel do Ministério Público no Estado Democrático de Direito. O Ministério Público e o controle da omissão administrativa e a implementação de políticas públicas.
- b) O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização básica e atribuições. Regime Jurídico dos membros do Ministério Público. A capacidade postulatória do Ministério Público.
- c) Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e extinção. O Ministério Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ponto nº 8

- a) Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e extinção. Promotor *ad hoc*. Conflitos de atribuição.
- b) O Ministério Público e a Proteção dos direitos fundamentais: planos nacional e internacional. Controle externo da atividade policial. O Ministério Público e o combate à corrupção.
- c) Instrumentos de controle da Administração Pública. Responsabilização dos agentes

públicos. O Ministério Público e o Tribunal de Contas. Inquérito Civil e ação civil pública.

Ponto nº 9

- a) Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e extinção. Regime jurídico dos membros do Ministério Público. Princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional.
- b) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos: delineamentos e atuação do Ministério Público. Cidadania, meio ambiente, consumidor, portadores de deficiência, idoso e criança e adolescente. Assistência à saúde na Constituição da República e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90: princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.
- c) Inquérito policial. Arquivamento e desarquivamento. O Ministério Público no processo penal.

Ponto nº 10

- a) Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e extinção. A atuação do Ministério Público no processo civil.
- b) Conselho Nacional do Ministério Público: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas. Capacidade postulatória do Ministério Público.
- c) Os membros do Ministério Público como agentes públicos; responsabilidade civil, penal, política e funcional. Garantias, direitos, prerrogativas, deveres, vedações e impedimentos.

3.4 Direito Tributário

Ponto nº 1

- a) Poder de tributar. Competência tributária. Tributos do Sistema Tributário Nacional.
- b) Impostos diretos e indiretos. Impostos reais e pessoais.
- c) Imunidade tributária, isenção tributária e não incidência tributária; alíquota zero.

Ponto nº 2

- a) Princípio da legalidade tributária.
- b) Competência tributária dos Estados e Municípios.
- c) Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária.

Ponto nº 3

- a) Princípios da igualdade tributária e da capacidade contributiva.
- b) Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.
- c) Obrigação tributária: sujeito ativo e passivo. Fato gerador da obrigação tributária.

Ponto nº 4

- a) Princípio da anterioridade da lei.
- b) Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação.
- c) Crédito tributário: lançamento.

Ponto nº 5

- a) Fraude, elisão, evasão e sonegação fiscal contra a Fazenda Pública.
- b) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- c) Processo judicial tributário: Mandado de Segurança, Ação de Consignação em Pagamento e Medidas Cautelares.

Ponto nº 6

- a) Princípio da irretroatividade da lei.
- b) Imposto sobre a transmissão de bens imóveis.
- c) Ação anulatória de débito fiscal e ação declaratória.

Ponto nº 7

- a) Princípios da vedação ao confisco e da livre circulação.
- b) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- c) Execução fiscal e embargos.

Ponto nº 8

- a) Responsabilidade por substituição tributária. Responsabilidade tributária dos sucessores e de terceiros por infrações.
- b) Imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- c) Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Ponto nº 9

- a) Modalidades de extinção do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário.
- b) Contribuições de melhoria. Contribuições especiais.
- c) Garantias e privilégios da Fazenda Pública. Dívida ativa tributária. Concurso fiscal de preferência.

Ponto nº 10

- a) Decadência e prescrição do crédito tributário.
- b) Taxas.
- c) Pagamento e repetição do indébito tributário.